

Henri Bergson e a crítica à psicologia científica

*Paulo César Rodrigues**

Resumo: O que se pretende examinar com este estudo é a relação visivelmente polêmica que Bergson estabelece, desde seus primeiros trabalhos, com a psicologia de seu tempo. Trata-se, mais exatamente, de investigar a denúncia bergsoniana dos problemas metodológicos presentes na pesquisa científica em psicologia, em particular na psicofísica do século XIX. Ao acompanhar a argumentação crítica do autor, espera-se determinar as intenções filosóficas que animaram semelhante polêmica, bem como compreender o valor teórico das formulações de Bergson.

Palavras-chave: intensidade; psicofísica; psicologia; qualidade; quantidade

Abstract: This study intends to examine the relation, which is clearly polemic, that Bergson establishes, since his early works, with the psychology of his time. More precisely, this study is concerned with the investigation of the Bergsonian complaint of methodological problems present in scientific research in psychology, particularly in the psychophysics of the nineteenth century. By observing the critical argument of the author we expect to determine the philosophical intentions which inspired such controversy, as well as understand Bergson's theoretical formulations.

Keywords: intensity; psychophysics; psychology; quality; quantity

A crítica que Bergson endereça à psicologia científica pode ser lida como uma reação ao naturalismo radical que cada vez mais impregnava o ideário do século XIX, sobretudo as disciplinas que se aglutinavam entusiasticamente em torno do método das ciências naturais. É certo que essa crítica aparece de maneira bem definida no contexto bergsoniano: como crítica a uma categoria que se manifesta no núcleo das confusões de um tipo específico de psicologia, isto é, a categoria “grandeza intensiva”, tal como foi utilizada pela psicofísica oitocentista. Mas o objetivo da argumentação de Bergson não é exatamente o de nutrir um debate epistemológico em torno da cientificidade da psicologia. Sua ambição é a de determinar a especificidade da consciência e daí extrair as consequências que julga relevantes para seu itinerário filosófico. Contudo, desde sua primeira publicação importante, o *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*¹, de

* Professor adjunto de Filosofia na UFCG – Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: paulocr3@gmail.com [Artigo recebido em 20.01.2011, aprovado em 15.06.2011]

¹ Doravante, a obra será chamada unicamente de *Ensaio*.

1889, é possível encontrar uma preocupação acentuada com os procedimentos da psicologia. Aliás, o interesse por essa área do conhecimento foi alimentado por uma viva percepção de que as “ciências do espírito” não podem, pura e simplesmente, aderir ao receituário metodológico da Física sem desnaturar seu objeto de investigação. Bergson parece ter percebido que a tentativa de universalização do método das ciências naturais, anunciada em todas as letras meio século antes dele por Auguste Comte², exige que se justifique de maneira consistente uma espécie de naturalização da consciência, isto é, exige que se demonstre que os fenômenos psíquicos podem ser assimilados tal como os fenômenos naturais. É por isso que a psicologia ocupa um lugar de destaque neste cenário epistemológico, pois, para universalizar com legitimidade teórica o método das ciências naturais, estendendo-o também para as chamadas ciências humanas, é preciso antes naturalizar a consciência. É preciso demonstrar que não há distinção entre o físico e o psíquico, de modo que as ações humanas (estejam elas no nível psicológico, moral, social etc.) seriam decorrências causais de processos fisiológicos determináveis experimentalmente. Em última análise, seriam manifestações de relações físico-químicas. Assim, ao problematizar as pretensões da psicologia positiva, denunciando, em seu interior, a presença de noções híbridas que acabam por confundir o qualitativo com o quantitativo, o psicológico com o fisiológico, Bergson recupera uma ideia compartilhada por muitos filósofos: a de que o “espírito”³ não exhibe a mesma natureza da matéria.

Com efeito, a psicologia se emancipou da metafísica e passou a reivindicar o título de ciência empírica ou natural logo na primeira metade do século XIX. As primeiras manifestações da psicologia científica se deram como psicofísica e psicofisiologia. Na *História da psicologia*, de Ferdinand Mueller, encontra-se uma sucinta definição desses dois empreendimentos:

a psicofísica se atribuiu a tarefa de determinar a relação existente entre um fenômeno físico, considerado como excitação causal, e o fenômeno psíquico (a sensação) dele resultante, com a finalidade de chegar a leis. [...] a psicofisiologia, com base no reconhecimento de certas relações de concomitância entre estados

² Refiro-me ao texto *Curso de filosofia positiva*, editado por Comte de 1830 a 1842.

³ A palavra “espírito” é utilizada aqui sem nenhuma conotação religiosa, podendo ser substituída livremente por psiquismo, consciência ou, como preferem os contemporâneos, mente.

psíquicos e estados fisiológicos (glandulares, nervosos, cerebrais) veio destronar, de maneira geral, a psicofísica (Mueller, 1968, p. 346-7).

Ao que tudo indica, a preocupação dos primeiros psicólogos experimentais era a de encontrar uma maneira de descrever os fenômenos psicológicos a partir de um referencial empírico, portanto passível de ser observado e controlado externamente. Consciente ou inconscientemente sensíveis às críticas positivistas endereçadas aos procedimentos introspectivos, tais psicólogos localizaram na “excitação causal” ou nos “abalos orgânicos” a pedra de toque dos fenômenos psicológicos, inspecionando-os experimentalmente⁴ e, por que não dizer, quantitativamente. O anseio de orientar a psicologia para o “caminho seguro de uma ciência” induziu muitos pesquisadores a introduzirem a medida no domínio da vida interior. A psicofísica realizou exemplarmente tal tarefa, rebatendo, ao mesmo tempo, a posição de Kant, segundo a qual a psicologia jamais poderia tornar-se uma ciência justamente porque seus objetos não podem ser submetidos à medida e ao cálculo⁵. Assim, a ciência psicológica do século XIX desenvolveu um novo repertório conceitual e um novo procedimento de pesquisa para afastar sua disciplina da especulação metafísica e aproximá-la da ciência positiva, chegando ao ponto radical de matematizar os fenômenos do “sentido interno”.

Aquela que é possivelmente a primeira tentativa de conferir cientificidade às teorias psicológicas se desenvolveu a partir de um estudo quantitativo das sensações simples (tácteis, visuais e auditivas). Semelhante empreendimento ficou conhecido como psicofísica e gozou de um relativo sucesso no século XIX. As sensações simples (por exemplo: a sensação de luz, de calor etc.), por serem as mais facilmente controláveis nos testes

⁴ É evidente que o psicólogo científico não está interessado apenas em descrever estímulos físicos ou fenômenos neurofisiológicos. Trata-se, na verdade, de uma estratégia teórica para abordar os fatos psicológicos a partir de sistemas empíricos e, portanto, controláveis pelo método das ciências naturais.

⁵ Kant observara, nos *Princípios metafísicos da ciência da natureza*, que “[...] a doutrina da natureza só conterá autêntica ciência à medida que ela possa ser aplicada à matemática. [...] A psicologia empírica encontra-se ainda mais separada que a própria química do nível da ciência da natureza propriamente dita, primeiramente porque a matemática não é aplicável aos fenômenos do sentido interno e suas leis, pois teria que levar em conta, em tal caso, somente a *lei de continuidade* do fluxo de mudanças do mencionado sentido interno. [...]” (Kant, 1989, p. 31-2).

empíricos, constituíram inicialmente os objetos de estudo privilegiados desse tipo de pesquisa. Deste modo, tais sensações, como experiências psicológicas elementares, passaram a ser medidas com precisão em testes por assim dizer laboratoriais. Os psicofísicos estavam engajados na tarefa de medir os fenômenos psicológicos simples (sensações) na expectativa de determinar leis gerais que pudessem descrever as regularidades encontradas na experiência interna. Para isso, aplicavam com rigor os procedimentos da pesquisa experimental. Um dos resultados que obtiveram foi a chamada “lei Weber-Fechner”, segundo a qual a quantidade de excitação causal cresce ou decresce de modo contínuo, ao passo que o efeito percebido pela consciência, isto é, a sensação, muda apenas de modo descontínuo, o que quer dizer que a percepção de uma mudança na sensação depende de um aumento ou de uma diminuição da quantidade de estímulo físico, os quais devem corresponder à quantidade inicial do estímulo. Engajados nesse empreendimento, os primeiros psicólogos do século XIX realizaram um conjunto significativo de experimentos que aparentemente davam conta de descrever quantitativamente os fenômenos do espírito, adaptando-os enfim aos parâmetros metodológicos das ciências da matéria.

Contudo, o que é notável nesse tipo de psicologia não é seu potencial nomotético ou sua fertilidade preditiva, mas sua obsessão pela quantificação, pela mensuração exata dos fenômenos internos visando o estabelecimento de leis psicológicas (pensadas à maneira das leis físicas), bem como sua adesão prematura à hipótese do paralelismo psicofisiológico. Diante disso, ao examinar criticamente as teorias produzidas pelos psicofísicos, Bergson identificou um conjunto de problemas lógicos e metodológicos que, segundo ele, precisam ser resolvidos para que a psicologia justifique sua opção pela ciência e seu afastamento da metafísica. Num certo sentido, todos esses problemas se encontram interligados. Quantificação dos dados, determinação de leis e paralelismo psicofisiológico assentam-se na mesma confusão entre o qualitativo e o quantitativo, já que é ela que vai permitir medir os estados de consciência, determinar regularidades e fundar a legitimidade teórica da relação causal entre estímulo físico e experiência interna. A polêmica de Bergson, portanto, tem sua origem na categoria “grandeza intensiva”, tal como foi explorada pela psicofísica, uma vez que é essa noção híbrida que torna possível pensar a qualidade psicológica a partir da quantidade de excitações físicas.

O ponto de partida da crítica de Bergson é, então, a ambiguidade de um conceito que mistura noções distintas. Ao pensar a “grandeza intensiva”, o psicólogo estabelece relações entre termos inconciliáveis, isto é, entre o qualitativo e o quantitativo. Evidentemente, na noção de grandeza representamos relações entre o mais e o menos, o maior e o menor; numa palavra, representamos relações entre continente e conteúdo, de modo que ela pode ser bem aplicada à descrição dos fenômenos naturais, isto é, ao mundo dos objetos e suas relações. Bergson mesmo reconhece a adequação entre o mundo material e os procedimentos de medida e cálculo, típicos da investigação científica. O evidente sucesso da física matemática, que floresceu na modernidade, decorre dessa adequação. Porém, na noção de intensidade, Bergson assevera, representamos vagamente a ideia de uma certa nuance qualitativa presente em nossas experiências. Quando nos expressamos, mesmo na linguagem comum, que sentimos uma dor mais intensa hoje do que ontem, é a uma certa qualidade da experiência que nos referimos. Tal apreciação não resulta, seguramente, de um cálculo das vibrações nervosas que são transmitidas para o cérebro, comparando-as com as de ontem e verificando uma diferença quantitativa entre elas. As experiências psicológicas, mesmo aquelas diretamente ligadas ao corpo, são vividas como experiências qualitativas, muito embora sua verdadeira natureza seja constantemente traída pelo modo como nos expressamos, uma vez que o senso comum utiliza palavras que indicam grandeza ou quantidade para falar sobre estados que raramente admitem esse tipo de descrição. Já o psicólogo positivo acaba por transferir o vocabulário comum para o âmbito científico, encontrando na ideia de grandeza intensiva uma maneira de falar sobre a qualidade (a única realidade que a consciência vivencia) através de noções quantitativas. A noção de grandeza intensiva cumpre com dignidade esse papel. Ela permite distinguir estados de consciência em termos de mais ou de menos, maior ou menor; enfim, permite pensá-los numa escala de “diferenças de grau” e não à luz das “diferenças de natureza”, como seria recomendável na filosofia de Bergson. Como não ver nesse procedimento uma transposição da maneira de pensar do senso comum para a ciência psicológica? Esse é, aliás, um dos pilares da crítica que Bergson endereça à psicologia, que remonta ao problema da

linguagem⁶. Tudo se passa como se houvesse continuidade entre a apreciação comum dos fenômenos conscientes e a apreciação especializada da ciência psicológica, continuidade essa garantida pela utilização inadvertida da linguagem cotidiana.

Todavia, convém dizer que a função teórica da noção de grandeza intensiva é justamente esta: viabilizar a medida em psicologia. Ao estabelecer uma conexão segura entre qualidade psicológica e quantidade de causas objetivas, a psicofísica força seu ingresso no reino encantado da ciência empírica. Contra as tendências especulativas e apriorísticas da psicologia tradicional, os psicofísicos propõem uma nova leitura dos fenômenos da consciência sem perceber que instalam uma confusão entre o físico e o psíquico no próprio coração de sua produção teórica. Indiferentes a essa confusão, os primeiros investigadores pensaram ter encontrado o verdadeiro antídoto contra o introspectivismo e pavimentado um caminho positivo para descrever os dados da consciência como fatos naturais. O psicólogo alemão Wilhelm Wundt, por exemplo, disse pioneiramente no livro *Elementos de psicologia fisiológica* que “[...] nada se passa em nossa consciência que não encontre seu fundamento sensorial em processos físicos determinados” (Mueller, 1968, p. 349). Eis o ideal de uma psicologia positiva exemplarmente expresso.

Com efeito, a ideia de que o conteúdo da vida psíquica pode ser completamente determinado por “processos físicos”, sejam eles externos ou orgânicos, está na base de um conjunto de teorias que floresceram no século XIX e que levaram a sério a possibilidade de ancorar a consciência no nível psicobiológico. Em última análise, para boa parte desses psicólogos oitocentistas, a consciência representa um nível de realidade dotado das mesmas propriedades do nível físico-químico, por exemplo. Seus fenômenos não possuem nenhuma marca distintiva em relação aos demais fenômenos da natureza, de modo que a vida psicológica inteira poderia ser descrita como decorrência causal dos movimentos elementares da matéria, seja a matéria intracerebral, seja o torvelinho de estímulos do ambiente.

⁶ É o que testemunham as linhas iniciais do *Ensaio*: “Nós nos exprimimos necessariamente por palavras, e pensamos frequentemente no espaço. Em outros termos, a linguagem exige que estabeleçamos entre nossas ideias as mesmas distinções nítidas e precisas, a mesma descontinuidade que existe entre os objetos materiais. Esta assimilação é útil na vida prática e necessária na maior parte das ciências” (Bergson, 2001, p. 03).

Assim, ao quantificar a intensidade dos estados de consciência, o psicólogo introduz “diferenças de grau” num domínio da realidade que não se acomoda facilmente a esse tipo de apreciação, deformando a própria natureza do psiquismo no exato momento em que o esquematiza em quadros conceituais artificialmente produzidos pela inteligência. Porém, é notável que a psicologia consiga, com semelhante procedimento, ajustar seu campo de estudo aos métodos da pesquisa experimental. Notável também que a ideia de intensidade dos estados de consciência já representa, sozinha, a aplicação da quantidade no nível psíquico. Na verdade, a noção de intensidade surge no texto de Bergson como a principal responsável pela tradução do qualitativo em quantidade. É ela que permite uma espécie de taxionomia psíquica, agrupando os estados de consciência em gêneros psicológicos que só podem se relacionar entre si mediante o esquema do mais e do menos. Enfim, a intensidade acolhe a noção de grandeza sem levar em conta o aspecto puramente qualitativo dos fatos de consciência. Uma vez estabelecida a noção de grandeza intensiva, encontra-se aberto o caminho para interpretar um estado de consciência nos esquemas espacializados do pensamento científico; ou ainda, para ler a diferenciação qualitativa da vida interior como variação quantitativa, tal como esta pode ser determinada no mundo natural. O cerne da noção de grandeza intensiva está, portanto, no fato de se reproduzir no interno a estrutura do externo. O senso comum e posteriormente a própria ciência positiva representam a intensidade psicológica no mesmo esquema de inteligibilidade com o qual representam os objetos físicos no espaço, isto é, organizam a sucessão contínua da vida interior numa forma de justaposição que é, em última análise, o espaço abstrato do pensamento analítico.

Deste modo, ao pensar a intensidade psicológica, os psicofísicos encontram uma única diferença em relação aos objetos externos, a saber, a intensidade psíquica possui um aspecto contraído. Ela tem a estrutura da extensão, só que ainda não se estendeu. É nesse sentido que podemos dizer que a intensidade promove a quantificação do qualitativo. Bergson afirma:

Nós associamos então a uma certa qualidade do efeito uma certa quantidade da causa; e, finalmente, como acontece para todas as percepções adquiridas, colocamos a ideia na sensação, a quantidade da causa na qualidade do efeito. Neste momento preciso, a intensidade, que era apenas uma certa nuance ou qualidade da sensação, torna-se uma grandeza (Bergson, 2001, p. 31).

Percebe-se, então, que a confusão conceitual instalada no coração da psicofísica transfere para a interioridade as mesmas relações encontradas na exterioridade, tornando homogêneos o mundo natural e a vida psicológica; enfim, afirmando uma espécie de paralelismo psicofisiológico⁷ ou, ainda mais radicalmente, a naturalização da consciência⁸. Tudo se passa como se os diversos níveis da realidade (físico, químico, biológico, fisiológico e psicológico) não apresentassem nenhuma especificidade, de modo que o psicólogo científico poderia descrever seus fenômenos dentro dos mesmos quadros conceituais e dos mesmos procedimentos metodológicos adotados, por exemplo, pelos físicos⁹. Ora, se a noção de grandeza intensiva é o próprio fundamento da quantificação em psicologia, e se a quantificação é a operação pela qual deformamos a real natureza da vida interior, então, pode-se dizer que ela será igualmente encontrada como pano de fundo de todos os demais erros desse empreendimento teórico chamado psicofísica. O anseio de dar um tratamento quantitativo para os fatos de consciência configura o erro basilar do qual todos os demais erros da psicofísica derivam. Bergson apontou, em particular, dois problemas na argumentação da psicologia experimental, isso ainda no primeiro capítulo

⁷ A tese do paralelismo psicofisiológico foi investigada detalhadamente em dois ensaios compilados no livro *A energia espiritual*. Na conferência “A alma e o corpo”, Bergson diz: “A única hipótese precisa que a metafísica dos três últimos séculos nos legou sobre esse ponto é justamente a de um paralelismo rigoroso entre a alma e o corpo, com a alma exprimindo certos estados do corpo, ou o corpo exprimindo a alma, ou a alma e o corpo sendo duas traduções, em línguas diferentes, de um original que não seria nem um nem outro: nos três casos, o cerebral equivaleria exatamente ao mental” (id., *ibid.*, p. 844). Já no último texto do livro, a saber, “O cérebro e o pensamento: uma ilusão filosófica”, Bergson acrescenta: “Sobre as origens totalmente metafísicas dessa tese, aliás, não há dúvida possível. Ela deriva em linha direta do cartesianismo. Implicitamente contida (com muitas restrições, é verdade), na filosofia de Descartes, extraída e levada ao extremo por seus sucessores, ela passou, por intermédio dos médicos filósofos do século XVIII, para a psicofisiologia de nosso tempo” (id., *ibid.*, p. 960).

⁸ Por naturalização da consciência entende-se, geralmente, a atitude teórica que reduz a consciência aos fenômenos da substância cerebral, isto é, a consciência está inteiramente ancorada no sistema nervoso, sendo da mesma natureza de qualquer outro fenômeno físico.

⁹ “Fatalmente, deveria chegar o momento onde, familiarizados com esta confusão da qualidade com a quantidade e da sensação com a excitação, a ciência buscaria medir uma como mede a outra: tal foi o objetivo da psicofísica” (id., *ibid.*, p. 49).

do *Ensaio*. Trata-se, como dizem os lógicos, de dois tipos de “falácias não-formais”.

O primeiro erro lógico identificado nos procedimentos teóricos da psicofísica é o “acidente convertido” ou a “generalização precipitada”, embora Bergson não tenha usado explicitamente esses termos. Tal erro se apresenta da seguinte maneira: quando a psicofísica estabelece experimentalmente uma relação entre excitação física e sensação psicológica, ela só considera os casos simples (sensação de luz, de calor, de dor, de pressão, de peso etc.), casos onde há uma inequívoca relação causal entre os dois âmbitos, isto é, entre o físico e o psíquico. Num segundo momento, o psicofísico estende as conclusões obtidas nesses domínios de exceção para a totalidade da vida consciente (incluindo aí os “sentimentos profundos”, como uma saudade, uma angústia, a compaixão etc.). É exatamente nisso que consiste a “generalização precipitada” que Bergson tanto repudia. Ao que tudo indica, o psicólogo não respeita as diferenças que se pode encontrar entre os diversos níveis da vida consciente, amalgamando-os a todos e assimilando-os do mesmo modo. Os fenômenos conscientes, sejam superficiais ou profundos, trazem igualmente a marca da passividade, de modo que todos os seus matizes podem ser lidos dentro da escala das diferenças de grau. Nessa maneira de representar a consciência, todos os seus estados são entendidos tão-somente como um conjunto de elementos petrificados e justapostos, de modo que o psicólogo poderia inferir as causas de cada um deles fora do âmbito psicológico, isto é, no ambiente ou nos processos orgânicos. Enfim, a consciência, para esse tipo de psicologia, não é uma dinâmica qualitativa dotada de espontaneidade, uma maturação que designa um progresso, mas uma série sucessiva de estados subjetivos impermeáveis uns aos outros e regidos pela mesma causalidade mecânica que encontramos no mundo da matéria inerte.

Bergson, entretanto, mantém-se convicto de que o sucesso da psicofísica, e também o da psicofisiologia, dependem de uma demonstração empírica da correspondência entre o estado psicológico e a causa física. De fato, tal demonstração foi realizada pelos psicofísicos em inúmeros testes empíricos. Porém, os testes empíricos só estabeleceram essa relação nos estados mais superficiais da consciência. Aliás, o filósofo francês jamais negou que os estados superficiais da consciência pudessem ser conhecidos e controlados externamente pela pesquisa experimental. Numa passagem do

Ensaio, ele observa que: “É incontestável que uma sensação mais intensa de luz é aquela que foi obtida ou que se obterá em meio a um maior número de fontes luminosas” (id., *ibid.*, p. 07). Sem dúvida, todos admitirão que em tais casos a relação entre causa física e efeito psicológico é tão explícita que dificilmente alguém se convenceria do contrário. Mas, por outro lado, o que é contestável é a generalização dessa relação causal, aplicando-a para explicar em termos globais a vida consciente. Para Bergson, o fato dessa relação se estabelecer em alguns casos simples não implica que os casos complexos ou profundos também exibirão a mesma estrutura ou a mesma dependência em relação à causa física. Assim, a “generalização precipitada” figura como um deslize frequente da psicologia científica. De resto, esse primeiro tipo de erro lógico acaba evoluindo para um segundo tipo, ainda mais grave e mais nocivo às pretensões teóricas dos psicólogos positivos, a saber, a “petição de princípio”.

Neste ponto Bergson estabelece que a psicologia, quando almeja a cientificidade, precisa demonstrar empiricamente suas proposições; enfim, precisa realizar experimentos para provar que as hipóteses que formula estão corretas. No caso específico da correspondência entre a quantidade de estímulos físicos e a intensidade das sensações, verifica-se um impasse que não é de fácil solução. Segundo Bergson, para provar essa correspondência entre causa física e efeito psíquico, a psicofísica precisa, de antemão, aceitar como verdadeiro o postulado teórico que a fundamenta. As experiências fotométricas, por exemplo, cumpriam exatamente esse papel. Com efeito, nenhuma experiência de mensuração seria encorajada sem a admissão prévia do postulado segundo o qual há uma espécie de simetria entre a realidade física e a psicológica. A bem dizer, elas exigem o postulado, pois, para medir a intensidade de uma sensação através da quantidade de estímulos, já é preciso supor que há uma relação entre uma coisa e outra. Em outros termos, para demonstrar empiricamente que há correspondência entre causa física e estado de consciência, a psicofísica precisa postular que há correspondência entre a causa física e o estado de consciência. Aí está, explicitamente, a “petição de princípio” da psicofísica. Seu postulado teórico aceita justamente aquilo que deseja demonstrar empiricamente. Bergson enuncia a “petição de princípio” nas seguintes palavras:

toda a psicofísica está condenada por sua própria origem a girar num círculo vicioso, pois o postulado teórico sobre o qual ela repousa a condena a uma

verificação experimental, e ela não pode ser verificada experimentalmente sem que se admita de início seu postulado (id., *ibid.*, p. 48).

Todo problema parece estar na própria natureza da relação entre quantidade e qualidade, grandeza e intensidade, no intercâmbio confuso que se estabelece entre níveis distintos de realidade. Ao que parece, a psicologia científica confunde a experiência interna com a experiência externa, assimila a primeira pela segunda. Iludida por uma espécie de obsessão empirista, os psicofísicos, e também os psicofisiólogos, acabam comprometendo a descrição da consciência, uma vez que usam a mesma estrutura conceitual e o mesmo esquema metodológico da física para fazer psicologia. Quando Bergson pergunta:

não podemos colocar em princípio que todo estado de consciência corresponde a uma certa agitação de moléculas e átomos da substância cerebral, e que a intensidade de uma sensação mede a amplitude, a complicação ou a extensão desses movimentos moleculares? (id., *ibid.*, p. 08),

não é surpreendente que sua resposta seja esta: “[...] mas é a sensação que é dada à nossa consciência, e não este trabalho mecânico” (id., *ibid.*). Nota-se, aqui, que a tarefa da psicologia é a de descrever diretamente as experiências da consciência, de modo que ela deveria voltar seu olhar para o conteúdo da vida psicológica e não apenas para sua interação com o ambiente ou com a base orgânica (corpo). Em última análise, é esse retorno aos “dados imediatos” que fará da psicologia um verdadeiro estudo dos fatos de consciência. Ao renunciar a consciência em si mesma, os psicofísicos só podem produzir um simulacro de psicologia sobre um simulacro de consciência. Enquanto a psicologia estiver apegada a uma metodologia inadequada à real natureza de seu campo de investigação, ela se prenderá a um falso realismo, sempre infiel à experiência imediata da consciência¹⁰. Seu

¹⁰Acerca desse ponto, Bento Prado Jr., em sua célebre interpretação da filosofia de Bergson, fez duas observações críticas importantes, colocando aspas no suposto realismo empírico da psicologia científica: “Se a causa objetiva pode ser pensada e calculada, ela não pode, por definição, dar-se imediatamente à consciência. Se a psicologia recorre aos quadros da física para ordenar os seus dados, ela o faz confundindo planos lógicos diversos. Esta confusão, entre o que se dá à consciência e sua causa objetiva, reproduz-se no próprio interior da consciência, na confusão entre *consciência da intensidade* e *intensidade da consciência*” (Prado Jr., 1989, p. 80). E ainda: “O ‘realismo’ da psicofisiologia é, em última instância,

objeto de estudo será sempre construído teoricamente ao invés de ser vivido internamente. E para Bergson, é preciso dizer, a consciência só revela seus segredos numa apreensão que é antes de tudo um contato, uma *simpatia* ou *coincidência* com o conteúdo movediço da vida interior.

Nesse sentido, a crítica levantada por Bergson visa, no fim das contas, restaurar os direitos de uma psicologia filosófica ou, melhor dizendo, fundar uma psicologia que seja a porta de entrada da metafísica, ostentando a distinção radical entre o universo da extensão e a *duração*, a exterioridade e a interioridade. Contudo, em Bergson, nunca se tratou de propor uma destruição completa da psicologia empírica para dar voz novamente ao filósofo. Ao contrário, Bergson sempre reconheceu o lugar desse tipo de pesquisa. O que ele pretendeu, na verdade, foi corrigir seus excessos naturalistas, limpando-a de um certo dogmatismo científico muito presente no final do século XIX. No fundo, o que separa Bergson de um tipo de psicologia aderente ao naturalismo radical é a tese filosófica segundo a qual há dois níveis de consciência, que ele chama de “eu superficial” e “eu profundo”. O primeiro nível pode ser descrito pela psicologia científica, uma vez que se trata da consciência organizada espacialmente, engajada no universo da matéria, adaptada à vida social e aos objetos que povoam a exterioridade. Já o segundo nível constitui o campo de estudo da metafísica, ou seja, o estudo da consciência desvinculada do interesse prático, da consciência como dado imediato, acessível apenas através de uma interiorização intuitiva; numa palavra, através de um *retorno a si* que a descobre como “mudança interna”¹¹. O compromisso da filosofia é, então, justamente o de fornecer princípios metafísicos mais *precisos* para orientar a

um ‘idealismo’, à medida que *produz* a consciência a partir de objetos *pensados* e inacessíveis à experiência direta. A passagem da causa objetiva ao seu pretense efeito é um salto de uma a outra dimensão da experiência: é um salto, já que a passagem, ela mesma, jamais pode dar-se à experiência (id., *ibid.*, p. 113).

¹¹ Em *Matéria e memória*, no *Avant-propos de la septième édition*, Bergson declara: “Sem contestar à psicologia, tampouco à metafísica, o direito de se erigir em ciência independente, estimamos que cada uma das duas ciências deve pôr problemas à outra e pode, numa certa medida, ajudar a resolvê-los. Como poderia ser diferente, se a psicologia tem por objeto o estudo do espírito humano enquanto funcionando utilmente para a prática, e se a metafísica é esse mesmo espírito humano fazendo um esforço para se libertar das condições da ação útil e se assumir como pura energia criadora?” (Bergson, 2001, p. 167).

pesquisa experimental a partir dos fatos empíricos e dos dados que recolhe no campo da experiência imediata da consciência. É o que Bergson fez no *Ensaio*. É o que ele novamente irá fazer em *Matéria e memória*, tematizando as patologias da memória e examinando a estrutura da “lembrança pura”.

Fica evidente, por fim, que a ambição do filósofo francês, desde seu primeiro livro, foi a de rebater o naturalismo radical que pretendia reduzir todos os fenômenos a um único tipo de inteligibilidade, tornando-os perfeitamente assimiláveis por meio de um materialismo mecanicista. *Matéria e memória* e *A evolução criadora* vão prolongar essas críticas e estendê-las ao domínio da psicofisiologia e da biologia evolucionista. Enfim, a filosofia de Bergson foi uma reação a uma certa concepção da realidade como um conjunto de elementos acabados, petrificados e inertes. Uma realidade que não cria absolutamente nada novo; numa palavra, uma realidade morta e impermeável ao tempo. Por isso, também, o bergsonismo pode ser lido como um grande ritual filosófico para exorcizar o “demônio de Laplace”¹².

Referências

- BERGSON, Henri. *Oeuvres*. 6ª ed. Paris: PUF, 2001.
- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).
- KANT, Immanuel. *Princípios metafísicos de la ciencia de la naturaleza*. Tradução de Carlos Másmela. 2ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 1989. 165 p.
- MUELLER, Ferdinand. *História da psicologia: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Nacional, 1968, (Coleção Atividades pedagógicas).
- PRADO JR., Bento. *Presença e campo transcendental: consciência e negatividade na filosofia de Bergson*. São Paulo: Edusp, 1989.

¹² Trata-se da famosa passagem do texto *Teoria analítica das probabilidades* (1812), na qual Laplace cogita ser possível prever todos os fenômenos futuros e explicar todos os fenômenos passados apenas através do conhecimento da posição, da direção e da velocidade de todas as partículas materiais do universo, bastando para isso submeter esses dados ao cálculo (o que sem dúvida exigiria uma capacidade sobre-humana). Enfim, nessa representação da natureza, o universo não é mais que um conjunto gigantesco de partículas materiais em movimento.